

APRESENTAÇÃO

A presente edição da RBH, mais uma vez, comporta um dossiê a propósito de saberes históricos e pedagógicos. No número 46, de 2003, fizemos um comentário que merece aqui reprodução: “Apenas considerando o início dos anos 90 e os dias atuais, isto é, 32 números editados, a RBH publicou principalmente dossiês de teoria de história ou historiografia, cerca de 25% do total — o que atesta vivamente que o ofício do historiador, seus métodos e dificuldades, apresentam-se como a preocupação mais constante da comunidade”.

É possível que tal preocupação com as questões teóricas decorra da tentativa de administrar a mais recôndita aspiração do historiador: a de lidar positivamente com a imprevisibilidade do conhecimento. O futuro não está compreendido pelo passado, e essa indeterminação angustia aquele a quem, por profissão, cabe confrontar o conhecimento adquirido com o devir. Toda e qualquer comunidade humana toma decisões sobre o seu futuro, e não o faz optativamente. Somos todos obrigados, para o bem e para o mal, a optar. Daí o lugar especial destinado à imaginação nos estudos históricos. É pelo trabalho simultâneo da imaginação e da razão que o historiador encontra motivos para a refutação de sua instabilidade de princípio.

Procedendo dessa forma, isto é, publicando sucessivos dossiês sobre questões teóricas da disciplina, a RBH tem aberto freqüentemente espaço para a aventura do saber, lidando sempre com o entender e o ensinar a história. Neste número, como em outros precedentes, contamos com a parceria de eficientes e inspirados autores para discutir aspectos teórico-metodológicos da historiografia contemporânea, que se constituem, muitas vezes, em impasses da nossa ciência. Os três primeiros artigos do presente número da RBH, a seu modo, avaliam os ditos impasses. Norberto Guarinello abre o volume discutindo conceitos como tempo histórico, estrutura e ação, a partir da perspectiva do tempo cotidiano. Numa leitura que pode se constituir em diálogo e contraponto ao artigo anterior, Carlos Zacarias, em “A dialética em questão”, busca demonstrar que uma determinada tradição marxista nunca deixou de promover sínteses essenciais ao método dialético. Em “Testemunho, juízo político e história”, Fernando Kolleritz analisa as propriedades características do

gênero testemunhal, descrevendo as situações ideológicas que presidiram a recepção de depoimentos sobre os campos de concentração nazistas e comunistas.

Ocupando um espaço privilegiado, seguem-se sete artigos nos quais o tema do ensino de história constitui a preocupação primordial. Claudefranklin Santos e Terezinha Alves de Oliva recuperam e analisam um livro de leitura, *Através do Brasil*, que, procurando fortalecer a identidade nacional, sintetizou um ideal pedagógico brasileiro do início do século XX. Cuidando de tema semelhante, Sonia Miranda e Tania de Luca, em “O livro didático de história hoje”, constroem uma breve radiografia do livro didático contemporâneo e apontam algumas temáticas centrais que têm ocupado o cenário relativo ao saber histórico escolar. Lucia Guimarães aborda o IV Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1949, com o intuito de avaliar a sua contribuição à historiografia nacional. Laerthe Abreu Jr. analisa o caderno de recortes sobre educação do *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, nos anos 30 e 40 do século XX. Sua intenção é mostrar indícios das práticas escolares que aparecem e se destacam em meio aos textos sobre aspectos legais da educação. A tentativa de construção de um Código disciplinar para a História no Brasil é o assunto privilegiado por Maria A. Schmidt, em artigo que põe em foco a obra didática de Jonathas Serrano (1855-1944), professor de História do Colégio Pedro II. Luiz Cerri, em “Saberes históricos diante da avaliação do ensino”, trata da influência que o ENEM exerceu, como prática avaliativa privilegiada durante o anterior governo federal, na organização do currículo do Ensino Médio. E, ainda dentro da seção destinada ao conhecimento pedagógico, Paulo Martinez estuda questões ambientais presentes no conhecimento histórico escolar.

Além desses, mais três artigos, versando sobre temáticas externas ao dossiê, completam a presente edição. São eles: “Almas em busca da salvação: sensibilidade barroca no discurso jesuítico (século XVII)”, de Eliane Fleck; “Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio”, de Fabiano V. dos Santos; e “O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX”, de João Carlos de Souza.

Fiel à sua tradição, portanto, a RBH abre espaço para uma aliança entre a imaginação e a razão histórica. Mas o faz esquivando-se do perigo de tomar por real o que é produto da imaginação. O caminho para o desfazimento da aludida confusão parece estar contido na separação entre duas formas de ima-

ginação, e na escolha daquela que, procedendo por hipóteses as quais ela se esforça para validar, afasta imediatamente as conclusões em diametral oposição à experiência vivida.

Assim, a atividade científica em história — para a qual a RBH pretende se constituir em veículo de divulgação — é o protótipo da imaginação cotidianamente confrontada pela experiência. E, em nosso caso, essa experiência nos vem pelo profícuo relacionamento entre nossos autores e nossos leitores.

Conselho Editorial